



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SÃO BERNARDO**  
**LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**STTEFYSON MARQUES PINTO**

**ENTRE TRADIÇÕES E CONTRADIÇÕES:** uma análise em torno das formações do  
partidarismo político maranhense no século XIX

São Bernardo – MA

2024

**STTEFYSON MARQUES PINTO**

**ENTRE TRADIÇÕES E CONTRADIÇÕES:** uma análise em torno das formações do  
partidarismo político maranhense no século XIX

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências São Bernardo, em atendimento às exigências para obtenção do Grau de Licenciado em Ciências Humanas/Sociologia.

**Orientadora:** Prof. Dr<sup>a</sup>. Amanda Gomes Pereira

São Bernardo – MA

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Marques Pinto, Sttefyson.

Entre Tradições e Contradições : Uma Análise Em Torno  
das Formações do Partidarismo Político Maranhense No  
Século Xix / Sttefyson Marques Pinto. - 2024.

45 p.

Orientador(a): Amanda Gomes Pereira.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -  
Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, São  
Bernardo, 2024.

1. Família Abastadas. 2. Grupos Políticos. 3.  
Maranhão. 4. Partidos Políticos. 5. . I. Gomes Pereira,  
Amanda. II. Título.

**STTEFYSON MARQUES PINTO**

**ENTRE TRADIÇÕES E CONTRADIÇÕES:** uma análise em torno das formações do  
partidarismo maranhense no século XIX

Monografia apresentada ao curso de  
Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia  
da Universidade Federal do Maranhão, Centro  
de Ciências São Bernardo, em atendimento às  
exigências para obtenção do Grau de  
Licenciado em Ciências Humanas/Sociologia.

**Orientadora:** Prof. Dr<sup>a</sup>. Amanda Gomes  
Pereira

**Aprovado em:** 21/08/2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Amanda Gomes Pereira (Orientadora)**  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

---

**Prof. Dr. Thiago Pereira Lima (Examinador interno)**  
(Universidade Federal do Maranhão – UFMA)

---

**Prof. Ms. Edilson Vilção de Lima (Examinador interno)**  
(Universidade Federal do Maranhão – UFMA)

Eu dedico esta monografia aos meus familiares e amigos que me aconselharam a não desistir e me deram apoio a continuar nesse caminho árduo e trabalhoso até o fim. Em especial, dedico a minha avó Maria Ester Marques, por sempre me dar forças e me incentivar a nunca abdicar de meus estudos, proferindo em meus momentos de receio: “estude meu filho, pois é através do estudo que vem as conquistas futuras”.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todas as pessoas que me apoiaram durante esses longos e difíceis quatro anos de estudo. Agradeço aos meus familiares e amigos que me deram suporte em minha trajetória, principalmente em tempos difíceis, que não desistiram de acreditar em mim, mesmo com minhas teimosias em algumas ocasiões. Também quero agradecer aos meus professores, que me aconselharam e ajudaram a melhorar meus métodos, mesmo através de críticas árduas. Em especial quero agradecer a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Amanda Gomes Pereira e o Prof. Dr. Washington Tourinho Junior que estiveram comigo durante grande parte de minha formação, me mostrando os diversos caminhos dessa difícil jornada, na qual não se resumirá somente a esses quatro anos, mas que existe um leque de possibilidades que eu posso alcançar. Também quero agradecer aos meus companheiros e companheiras de jornada, por me ajudarem a não aguentar calado as injustiças do mundo, lutando ao meu lado para transformar o mundo em um lugar melhor e justo. Gostaria de expressar minha gratidão à banca examinadora, composta por Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Amanda Gomes Pereira, Prof. Dr. Thiago Pereira Lima, e Prof. Ms. Edilson Vilaço de Lima, por suas valiosas contribuições. Agradeço pelas orientações, críticas construtivas e sugestões que enriqueceram significativamente este trabalho. A experiência e o conhecimento de todos vocês foram indispensáveis para meu crescimento acadêmico e profissional.

Algumas pessoas leem "Guerra e Paz" e acham que é um simples romance. Outras pessoas leem uma embalagem de chiclete e desvendam os segredos do universo.

— **Lex Luthor**

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as transformações políticas e sociais da sociedade maranhense entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, expondo sobre as influências europeias que ficaram enraizadas na sociedade Imperial e as reformas pombalinas que ajudaram para formação de um Estado moderno brasileiro. Apresentaremos que a modernização econômica proporcionada pelas reformas atraiu diversos “estrangeiros” para Colônia, em especial, para o território do Maranhão, onde estabeleceram seus poderes econômicos sustentados na agroexportação. Como meio para aumentar e reter vantagens, sejam elas econômicas ou sociais, os ditos “desbravadores” estrangeiros buscavam se relacionar com funcionários, ex-funcionários da Coroa ou outras famílias – relações capazes de proporcionarem algum tipo de vantagem que sanassem seus interesses particulares, dando início a formação de diversos grupos de elite e longas redes de entroncamentos familiares. Esses indivíduos também adentraram na política local, utilizando da esfera “pública” para aumentar seu poder e riquezas. No entanto, a presença dos mesmos, junto aos seus grupos, deu início a várias disputas políticas, processos de conturbações e contradições no setor político durante a primeira metade do século XIX. As disputas entre essas elites marcaram a primeira metade do século XIX, com a dificuldade de consolidar um Estado-Nação, mas também ajudou a construir uma identidade social e cultural política, transformado o sistema político, possibilitando a entrada de indivíduos de diversas origens sociais no espaço político e institucionalizar os partidos políticos.

**Palavras-Chave:** Família abastadas; Grupos políticos; Maranhão; Partidos políticos.

## ABSTRACT

The objective of this paper is to examine the political and social transformations that occurred in Maranhão society between the late 18th century and the early 19th century. In particular, it seeks to elucidate the manner in which European influences became embedded in the fabric of Imperial society and the role that the Pombaline reforms played in the formation of a modern Brazilian state. We will demonstrate that the economic modernization initiated by the reforms prompted the arrival of numerous "foreigners" to the Colony, particularly to the region of Maranhão. These individuals established their economic authority on the basis of agro-exports. In order to gain and retain advantages, whether economic or social, the so-called foreign "explorers" sought relationships with officials, former officials of the Crown, or other families. These relationships were sought because they could provide some kind of advantage that would solve their particular interests. This resulted in the formation of various elite groups and long networks of family entanglements. These individuals also engaged in local politics, utilizing the "public" sphere to enhance their influence and accumulate wealth. However, their presence, along with that of their groups, gave rise to a number of political disputes, processes of turmoil, and contradictions within the political sector during the first half of the nineteenth century. The disputes between these elites marked the first half of the 19th century, with the difficulty of consolidating a nation-state. However, they also had the effect of building a political, social, and cultural identity, transforming the political system, enabling individuals from disparate social backgrounds to enter the political arena, and institutionalizing political parties.

**Keywords:** Wealthy families; Political groups; Maranhão; Political parties.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01:</b> Organização social de classes na Capitania do Maranhão até as duas primeiras décadas do século XIX.....	25
---	----

## LISTA DE ORGANOGRAMAS

<b>Organograma 01:</b> Rede de Famílias na Região de Itapecuru e São Luís.....	22
<b>Organograma 02:</b> Entroncamentos da família dos Belfort ao longo do século XVII e XIX.....	34

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 TRADIÇÕES E HERANÇAS COLONIAIS: costumes conservadores de um Estado moderno.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 Reformas na capitania maranhense.....</b>	<b>18</b>
<b>2.2 Formação de famílias e entroncamentos: o começo de um monopólio de poder.....</b>	<b>20</b>
<b>3 PIRÂMIDE SOCIAL MARANHENSE: a sociedade nas primeiras décadas do século XIX.....</b>	<b>25</b>
<b>3.1 “Homens bons”: de donatários à políticos.....</b>	<b>27</b>
<b>3.2 Caldeirão de mistura: entre o público e o privado.....</b>	<b>29</b>
<b>3.3 Ideias abstratas: ambiguidades nos ideais ideológicos das elites do século XIX.....</b>	<b>31</b>
<b>4 UMA POLÍTICA DE MERCADO: administração clientelista maranhense no século XIX.....</b>	<b>33</b>
<b>4.1. Peças ao tabuleiro: formação dos partidos políticos.....</b>	<b>35</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar e analisar como se deu a formação social e político-partidária da sociedade maranhense até a primeira metade do século XIX. Tendo como objetivo averiguar as organizações sociais e políticas entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, a composição social da colônia/império, a formação das redes familiares, e dos grupos políticos, para entender os fatores que contribuíram na construção dos partidos políticos no Maranhão e também a criação de uma cultura social política. A partir das revisões de literaturas, em livros, teses e artigos, que versam sobre temas como política maranhense, Maranhão oitocentista, políticas contemporâneas no Maranhão, relações familiares oitocentistas, relações de poder, contratos oligárquicos, entre outros, foi possível construir um panorama de como se formaram esses processos no sistema político do Maranhão. A organização política, resultante dos eventos no século XIX, ajudou a criar uma cultura política que está presente até os dias atuais. Notamos que entre esse período, a sociedade da Colônia Portuguesa, posteriormente do Império Brasileiro, foi marcada por processos políticos e sociais conturbados, devido as disputas por favoritismo, privilégios e, principalmente, pelo poder, entre as elites maranhenses (Borrvalho, 2009; Santos, 2021a).

As elites eram compostas por vários grupos minoritários das mais variadas origens e/ou níveis hierárquicos de poder político, econômico, social ou ideológico. Utilizavam de seus prestígios sociais<sup>1</sup> como uma ferramenta que materializavam e tornavam legítimos seus interesses e domínios sobre outros grupos sociais marginalizados e descriminalizados (Lima, 2009). A formação de grupos elitistas, até o começo do século XIX, tornou possível a criação de organizações pré-partidárias que disputavam os cargos eletivos no contexto local e regional, como também ajudou a distinguir lados e problemas ideológicos bastante confusos na época.

Segundo assinaturas de documentos, ofícios e atas, os acontecimentos políticos na administração “pública”, no âmbito local e regional do Maranhão, houve uma forte participação de indivíduos associados e/ou integrantes de famílias abastadas (Costa, 2019; Mota, 2007). Até o século XIX, a esfera familiar era o núcleo da política e economia Colonial/Imperial, que utilizava do espaço “público” como forma de manutenção e obtenção de poder e riquezas para si (Lima, 2009). As facções familiares tiveram fortemente presentes no quadro político-administrativo, e foram fundamentais para a formação de grupos políticos, pois utilizavam do sistema clientelístico, suas redes de consórcios para a criação e aumento de poder.

---

<sup>1</sup> Os prestígios sociais atuavam como uma forma de poder social, econômico, ideológico, político e especialmente o simbólico, este último era fundamental, pois servia para a manutenção de posições sociais (Lima, 2009).

Até a metade do século XIX, o espaço político brasileiro torna-se palco de intensas disputas entre os grupos políticos compostos por elites. Durante a primeira metade do século, o sistema político passou por uma série de alterações e instabilidades, dificultando a consolidação e união de um Estado-Nação. No entanto, as instabilidades no campo político ajudaram a construir uma identidade social e cultural política, do mesmo modo que ajudou a formar um sistema político, dando entrada para novos indivíduos de diversas origens sociais.

Pretendemos discorrer sobre a formação dos partidos políticos no Maranhão do século XIX, apresentando a complexidade, as contradições e as relações das estruturas políticas dessa época. No capítulo 1, irei falar sobre a formação e composição da sociedade brasileira ainda enquanto Colônia. Uma sociedade descendente do continente europeu, que conseqüentemente herdou seus costumes, hábitos, culturas, tradições e contradições, mas também a vontade e necessidade de se modernizar. Com as reformas pombalinas, a Colônia passa por uma série de modernizações, seja no contexto político ou econômico, proporcionando uma nova estrutura social. As reformas possibilitaram que diversos “estrangeiros” viessem se aventurar nas novas dinâmicas econômicas em ascensão. Essa modernização afetou diversas regiões da Colônia, em especial a Capitania do Maranhão situada no Estado Grão-Pará e Maranhão<sup>2</sup>. Muitos dos estrangeiros se estabeleceram no Maranhão devido a fertilidade do solo para o sistema de *plantation*. Os estrangeiros procuravam vincular suas famílias aos portugueses funcionários, ex-funcionários da Coroa ou outras famílias que poderiam lhe oferecer algum tipo de vantagem. Assim, formou-se as extensas redes de entroncamentos familiares que tinham como intuito o acúmulo de riquezas e poderes.

Já no capítulo dois, será apresentada a composição social e como se organizava a população do Maranhão entre os séculos XVIII e XIX. No começo do século XIX a maior parte da população era composto por pessoas de “cor”. Todavia, a sociedade era dominada somente por uma pequena parcela branca e europeia ou descendente de europeus. Também desdobraremos sobre como os estrangeiros que se estabeleceram no território do Maranhão, adentraram e utilizaram da política local para aumentarem seus poderes e riquezas, misturando os limites das esferas do público e do privado – por conseguinte, dando início a um logo processo de conturbação e contradição no setor político, com a posterior formação e organização de grupos políticos.

No terceiro capítulo, discorreremos sobre os fatores finais que ajudaram na transformação dos grupos políticos em partidos políticos. No começo de século XIX, vemos

---

<sup>2</sup> Uma região que fazia parte do território da Colônia do Brasil, mas com uma administração independente.

ainda um sistema político moldado a partir de redes clientelistas – como também uma instabilidade política causada por disputas de grupos elitistas que desejavam o poder público para garantir seus interesses privados. Com a instauração do Segundo Reinado, essas disputas entre os grupos políticos diminuíram, como também se fez necessário admitir a existência e institucionalizar essas organizações. A modernização política foi marcada por resistência das elites à perda de poder, assim como pela necessidade de um sistema mais representativo que levou à institucionalização dos partidos em 1855. As disputas políticas ajudaram a formar uma cultura política e a eventual transição de grupos políticos para partidos políticos.

## **2 TRADIÇÕES E HERANÇAS COLONIAIS: costumes conservadores de um Estado moderno**

A cultura política brasileira se formou em torno de diversos discursos contraditórios e ambíguos, sendo “uma história dividida entre a sedução do passado e o anseio pelo novo” (Weffort, 2011, p. 19). Uma sociedade que almejava por mudanças, mas imersa nas tradições conservadoras, um fardo que atrasou seu desenvolvimento político, social e econômico. Logo, o seu “descobrimento” foi impulsionado por questões religiosas, políticas e econômicas, durante os séculos XV, XVI e XVII (Weffort, 2011). A colonização portuguesa marcou o Brasil com fortes traços de sua cultura europeia, em tradições religiosas, de uma sociedade centrada em uma pequena, se não, micro parcela de privilegiados pela Corte, escravagista, ambicionados por poder e riquezas. No entanto, não temos somente os portugueses no quadro da colonização do América, mas também a participação de “estrangeiros”, os ingleses, franceses e holandeses que residiam ou praticavam o comércio em Lisboa (Weffort, 2011). Vemos uma gama diversificada na formação de uma sociedade brasileira, mas claro que não devemos deixar de fora os nativos do Continente e escravizados vindos do continente africano. Cada um desses agentes contribuiu para formar uma identidade e uma cultura brasileira, de forma direta ou indireta, seja por meio das movimentações políticas de uma pequena parcela da sociedade ou por revoluções populares das classes mais oprimidas.

O processo de colonização da América Portuguesa se consolidou em uma intensa via de contradições, levando a formação e perpetuação, por um longo período, até a contemporaneidade, de um sistema de hábitos políticos e sociais carregados de questões ambíguas, confusões, disputas por poder e prestígios que atendessem os interesses individuais e privado de pessoas ou de grupos políticos. Segundo os autores Matthias Röhrig Assunção (2015) e Francisco C. Weffort (2011), o sistema político e social da Colônia, e posteriormente do Império, teve sua comanda composta por uma pequena e selecionada parcelar de indivíduos ditos “homens bons”, desbravadores, e, posteriormente, já no âmbito Imperial, os caracterizados como os verdadeiros “cidadãos” do Brasil.

Desde a invasão europeia, forma-se no Brasil, características elementares que ajudaram a construir um pensamento e uma cultura política e social brasileira na primeira metade do século XIX, no que diz respeito ao seu processo de emancipação de Portugal e a tentativa de definir um Estado unificado, forte, constitutivo de uma identidade nacional brasileira. Porém, alguns dos elementos herdados pelo período Colonial dificultaram a construir uma união estável entre algumas Províncias junto ao poder Central, como no Maranhão. A organização política e

social ligada diretamente com os portugueses dificultou a adesão à independência do Brasil. Weffort (2011) apresenta que o apego às tradições conservadoras proporcionou um processo de formação lenta que causou um enorme atraso político, econômico e social, com efeitos na consolidação da recente sociedade brasileira. A formação de hábitos tradicionais viciosos, gerados pelos colonos da América portuguesa, resultou nas áreas políticas, econômicas e sociais, no âmbito local e regional, em práticas sociais extremamente conservadoras, seja por procedências religiosas ou monárquicas, influenciadas por uma pequena classe de privilegiados pela Coroa lusitana.

Segundo Carvalho (2008), o sistema político-administrativo implementado na Colônia lusitana destaca-se por dois pontos: primeiro é a manutenção de uma unidade política, ou seja, as questões de cunho administrativo, como a execução das decisões em torno do território brasileiro colonizado, tendo que primeiramente serem levados a Metrópole lusitana, localizada no continente europeu, a fim de serem analisados e aprovados pela Corte do reino de Portugal; e, segundo é o tipo de sistema político introduzido na Colônia, cujos colonizadores portugueses tinham grande apego as tradições monárquicas, mas principalmente tinham medo e desconfiança que a Colônia poderia constituir uma autonomia e, assim, querer a emancipação da Metrópole – o que levou ao território brasileiro ficar sujeito a supremacia do governo civil até o início do século XIX. Não obstante, mesmo implantando um sistema político que concentrasse o poder administrativo nas mãos da Corte portuguesa, esse não impediu que a Colônia brasileira criasse autonomia administrativa e econômica e, posteriormente, se emancipasse de Portugal.

Entre 1624 e 1775, a colônia teve seu território repartido formalmente em dois Estados, o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará e Maranhão, ambos tendo setores administrativos próprios remetendo-se diretamente com à Corte na Metrópole (Carvalho, 2008). O Estado do Grão-Pará e Maranhão possuía autonomia administrativa própria e independente do resto da Colônia brasileira, o Governador podia distribuir seu território a terceiros como bem entendesse, como também criar Capitânicas novas. Mesmo com a dissolução do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1775, as Capitânicas do Pará e do Maranhão continuaram a dialogar diretamente com a Metrópole, sem o intermédio da administração do Sul da Colônia, o Rio de Janeiro (Carvalho, 2008). O fim do Estado do Grão-Pará e Maranhão não significou a integração e unificação administrativa da Colônia, o sentimento de autonomia político-administrativa adquirida enquanto integrante de um Estado que resolvia seus interesses diretamente com a Metrópole, ainda reverberava dentro da Capitania do Maranhão.

Consequente a isto, a Capitania também passou a tratar dos interesses diretamente com a Corte portuguesa, evitando o intermédio do Rio de Janeiro.

Desde o início do século XVII, “a soberania da Coroa portuguesa achava-se enfraquecida sobre seu território na Europa e, mais ainda, sobre seu território na América” (Weffort, 2011, p. 60). As questões políticas e geográficas dificultavam o controle que a Metrópole tinha sobre a Colônia.

Nesse sentido, é certo que o Brasil construiu-se em resposta às iniciativas da Coroa portuguesa. Mas quando esta perdeu força, a colônia cresceu por seu próprio dinamismo, terminando por revelar-se fundamental na consolidação do Estado português (Weffort, 2011, p. 60).

Portanto, em meados do século XVIII, na tentativa de reconstruir e modernizar a nação lusa que vinha sofrendo por diversas instabilidades, o marquês de Pombal<sup>3</sup> deu início a uma série de reformas, resultando em novas estratégias econômicas além da produção de açúcar e mineração de ouro e pedras preciosas – que já havia na Colônia brasileira. O marquês implantou, ainda, medidas alterando assim a economia e, por consequência, instaurando novas estruturas sociais no território da Colônia, em especial, na região do Norte, introduzindo elementos que subsidiassem uma economia apoiada na agroexportação. Um mercado que subsidiava somente o comércio interno, passou a obter um contexto no além-mar, com o comércio transatlântico (Mota, 2007; Cirino, 2021).

As reformas possibilitaram a brecha para entrada de “estrangeiros” na Colônia, como também a centralização de poder em suas mãos e o surgimento de uma nova “nobreza nascida do grande comércio e das finanças, aberta a idéias modernas” (Weffort, 2011, p. 143). Com a formação de uma classe elitista gerada a partir de acordos e contratos comerciais, que tinham acesso aos privilégios fornecido pelo Estado, foram criadas as companhias de comércio dentro da Colônia.

O período das reformas pombalinas, foi primordial para o avanço de Portugal e especialmente da Colônia do Brasil, trazendo desenvolvimento e modernização para ambas as

---

<sup>3</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo, secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino de Portugal, conde de Oeiras e marquês de Pombal. Sebastião José aproveitou as adversidades que Portugal enfrentava, em especial Lisboa, para construir uma postura firme frente aos problemas, com isso conseguiu visibilidade na qual lhe abriu caminhos ao poder. O marquês de Pombal foi essencial tanto para a modernização de Portugal quanto a Colônia brasileira, “despertou a sociedade portuguesa adormecida na atmosfera decadente que sucedera aos descobrimentos e a um Renascimento e um humanismo reconhecidamente frágeis” (Weffort, 2011, p. 128). Sebastião aproximou-se dos ideais iluministas, tentando construir um Estado moderno português com ideias inovadoras, sem alterar muito as tradições, visto o apego da sociedade brasileira muito atrelada à sociedade portuguesa.

sociedades extremamente conservadora em toda sua estrutura, seja social, política, econômica ou cultural. O marquês reconhecia a importância da Colônia Brasileira para a construção do Estado de Portugal. O investimento no território da América Latina, colonizado pelos portugueses, serviu como uma abertura para que novos agentes “estrangeiros” entrassem no contexto econômico, social e político, especialmente na região Norte da Colônia, onde localizava-se o Estado do Grão-Pará e Maranhão.

## 2.1 Reformas na capitania maranhense

A Capitania do Maranhão é estabelecida por meio da carta régia de 13 de junho de 1621, não havendo ouro ou pedras preciosas em sua região, seu território foi designado para o cultivo de animais como gado, produção de açúcar e extrativismo, para subsidiar somente o mercado interno da colônia (Mota, 2007). Até meados do século XVIII, o Maranhão junto com outras Capitanias da região Norte, não apresentava uma vasta notoriedade ou peso no quadro econômico da Colônia (Assunção, 2015). Entretanto, “a fertilidade natural dos solos; a abundância d’água, seja de chuva, ou a proximidade do mar, dos lagos, rios e riachos; e a existência de florestas, ‘boas’ ou ‘menos boas’ [...]” (Assunção, 2015, p. 29) ganha enfoque com as sucessivas reformas realizadas no período pombalino, principalmente com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755 – inserindo de forma maciça a exportação agrícola. Assim, a Capitania maranhense transforma-se, nas três últimas décadas do mesmo século, em uma potência econômica de *plantation*<sup>4</sup> agroexportadora de algodão e cana-de-açúcar.

[...] este empreendimento conseguiu reorientar uma economia que até então se baseava em rotas do Atlântico Norte e do mercado interno para uma agroexportação sistemática de produtos que já evidenciavam sua força comercial na região: arroz, algodão e, em menor escala, couro seco e atinado. (Cirino, 2021, p. 56).

Com o novo contexto agroexportador, as mudanças não vinham somente para o setor econômico da Capitania do Maranhão, mas permutavam para o âmbito populacional, político e social. A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão disponibilizava empréstimos, financiamentos de ferramentas, terras e o fácil acesso a mão-de-obra escrava,

---

<sup>4</sup> Segundo Matthias Röhrig Assunção (2015), a economia de *plantation* foi durante a Colônia e o Império, o sistema de produção predominante, baseado na produção agrícola em larga escala, sustentada especialmente por mão de obra escravocrata.

assim como vantagem de reembolso a longo prazo, demorando um ou até cinco anos para o acesso ao retorno do empréstimo (Mota, 2007). O quadro econômico agroexportador atraiu tanto os próprios portugueses da Colônia, quanto os da Metrópole, além de “estrangeiros” de outros países, para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com o intuito de se tornarem proprietários de terras.

A febre agroexportadora na Capitania do Maranhão, proporcionada na segunda metade do século XVIII, mobilizou a aceleração populacional, assim como estabeleceu novas fronteiras territoriais. A reivindicação de terras esteve direcionada somente para o interior do território maranhense. Segundo Assunção (2015), os produtores rurais tendiam a preferir as terras em locais próximos a águas correntes, beira dos rios, tanto para ajudar na produção de suas lavouras, como para facilitar o transporte de mercadorias. Deste modo, grande parte das lavouras concentrou-se perto de rios como Itapecuru, Parnaíba, Mearim, Pindaré, Grajaú, entre outros, sendo essas regiões com terras propícias ao cultivo de algodão, arroz e cana-de-açúcar<sup>5</sup>.

O processo de migração de portugueses, “estrangeiros” e escravos para o Norte da Colônia lusa, resultou em uma frenética mudança populacional<sup>6</sup>, que até então vinha a muito tempo sendo constituída em sua maioria por uma pequena parcela de camponeses (Assunção, 2015), como também a diversidade étnica, com o aumento da população negra escravizada, e a miscigenação das raças. A partir do século XIX, as “pessoas de cor” passaram a compor a maior parte da população na Capitania maranhense<sup>7</sup>: “no período da companhia foram trazidos 12.000 africanos, sendo que estes números passam para 35.000 entre 1778 e 1800, crescendo para, pelo menos, 48 mil entre 1801 e 1820” (Assunção apud Mota, 2007, p. 17). Mesmo com o incentivo da Coroa portuguesa na imigração de açorianos para se aventurarem e se tornarem proprietários de terras no Norte da Colônia, a Capitania maranhense apresentou um crescimento pífio em relação a pessoas brancas. Ao final do século XVIII, a população branca constituía somente um terço da população total do Maranhão<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> Segundo Assunção (2015), muitos dos proprietários de terras dos setores rurais, tinham suas casas na vila, no entanto, não residiam no interior, mas na capital São Luís.

<sup>6</sup> A taxa de moradores da capitania em 1720, era de 1.378 habitantes espalhados por todo o seu território, sendo a Capital São Luís, na ribeira do Itapecuru, do rio Mearim e nas vilas da Capitania, após as mudanças, o Maranhão obteve um crescimento populacional acelerado chegando a 47.410 habitantes em 1778 e 152.893 habitantes em 1821 (Mota, 2007).

<sup>7</sup> Essa diversidade étnica contribuiu e facilitou a miscigenada da população da província, segundo Mota (2007, p. 18) nos anos seguintes “os negros e mestiços passaram a ser a maioria da população, passando os brancos, índios a se constituírem minorias”.

<sup>8</sup> Segundo Assunção (2015, p. 65), já que “os portugueses tenham se tornado mais propensos á miscigenação durante esse período, devemos concluir que não houve imigração significativa de portugueses para o Maranhão entre 1800 e a independência”.

A migração de portugueses e estrangeiros para a Capitania maranhense deu início a criação de novos grupos na elite, como também ressignificou a esfera familiar. Como meio de integrar-se a nova dinâmica da economia agroexportadora, obter acesso a riquezas e prestígios sociais, os futuros donos de terras relacionavam-se com funcionários e ex-funcionários régios da Coroa Portuguesa (Mota, 2007), assim formando suas famílias<sup>9</sup>. Os acordos tendiam a ser cautelosos, com o objetivo de alcançar os interesses particulares, visando pessoas de estratos sociais elevados, que apresentassem vantagens econômicas e/ou políticas (Lima, 2009). A partir do século XVIII, a família passa a representar um centro de poder social, cultural, político e econômico, ultrapassando as questões afetivas, transformando-se, ao decorrer do mesmo século, em uma corporação institucionalizada (Lima, 2009), passando a representar um meio de ascensão social, política e econômica, no âmbito local, regional e nacional.

## **2.2. Formação de famílias e de seus entroncamentos: o começo de um monopólio de poder**

A integração de indivíduos através do matrimônio ou apadrinhamento serviu como o principal procedimento que garantia privilégios e fortunas. “Os patriarcas tratavam de fazer casar sua extensa prole com membros de destaque da Capitania: funcionários régios, militares de altas patentes, cirurgiões-mores, comerciantes esquecidos.” (Caires, 2012, p. 02-03). Através desse sistema, foram criadas extensas redes de entroncamentos familiares, oportunizando a ascensão de vários indivíduos portugueses e estrangeiros que vinham aventurar-se na Capitania do Maranhão em busca de riquezas (Lima, 2009). Todavia, esse processo gerou um monopólio de poderes políticos, social e econômico centrados em grupos familiares. Grupos familiares como Belfort, Gomes de Sousa, Vieira da Silva, Lamagnère, Nunes, Burgos, entre outras famílias, tiveram bastante visibilidade e grande peso em tomadas de decisões da esfera local a nacional (Lima, 2009).

A partir das primeiras unidades produtivas em poder destas famílias e de acordos matrimoniais com ministros do rei que iam chegando à região, foi se constituindo uma elite com a clara consciência de que sua preponderância residia no controle dos mecanismos de poder local e em sua relação próxima com a administração metropolitana. (Mota, 2009, p.05).

---

<sup>9</sup> Segundo Mota (2007), a união de funcionários e ex-funcionários da Coroa com outros indivíduos, através de casamentos e apadrinhamentos para obter algum certo tipo de vantagem, já faziam parte dos costumes portugueses, pois método também era usado pela corte como uma forma de manter um vínculo com a Coroa portuguesa.

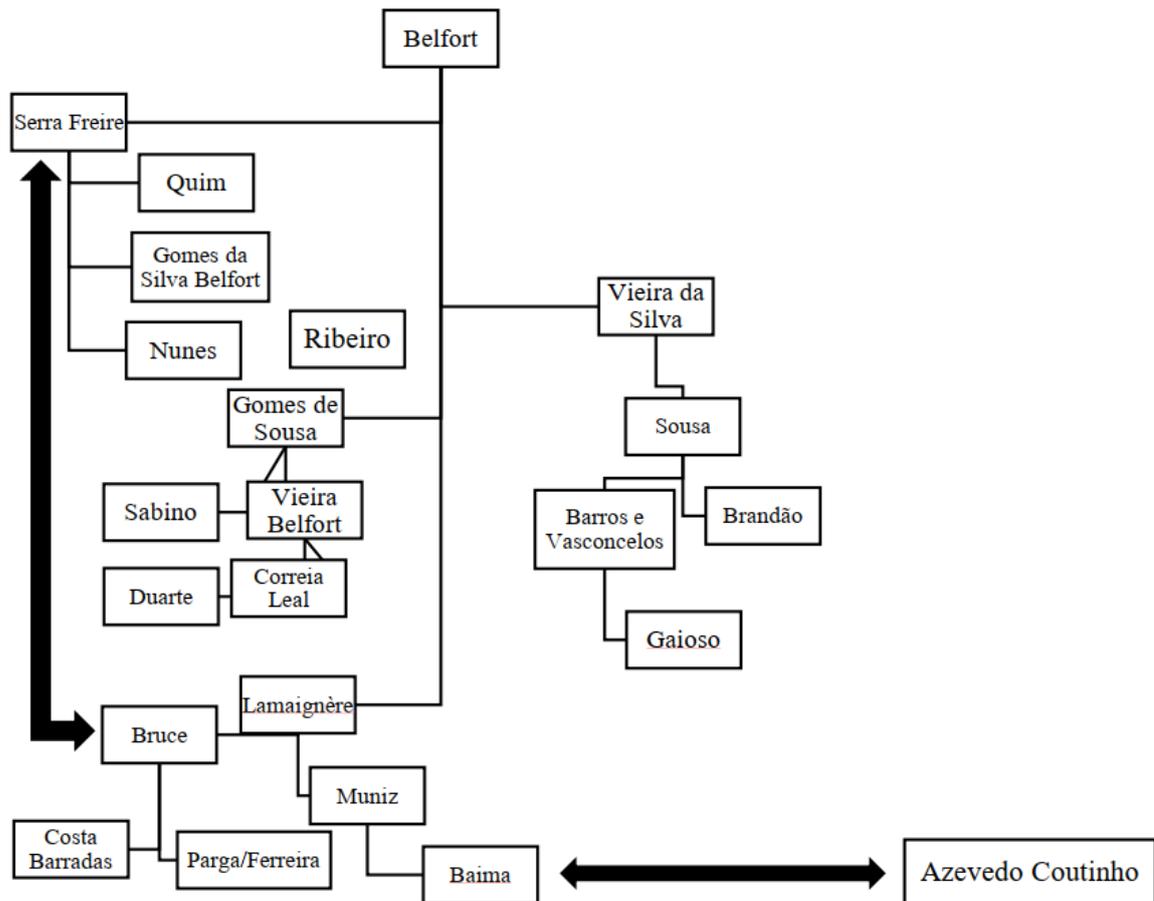
A família Belfort tirou proveitos dos entroncamentos para construir uma das maiores redes familiares, levando a obter forte influência sobre a Capitania e no poder central, utilizando-se do sistema de parentesco para obter diversas fortunas e alcançar vários cargos políticos-administrativos de alto escalão.

O patriarca da família, Lourenço Belfort, foi nobre de origem irlandesa<sup>10</sup>, que se estabeleceu no Estado Grão-Pará e Maranhão aproximadamente em 1739 (Mota, 2007). Nesse período, ele tomou proveito dos meios mais rentáveis e lucrativos que o século XVIII oferecia, como a caça e escravização indígena, fabricação de couro, cultivo para a agroexportação, cargos militares e cargos políticos como almotacel, vereador e juiz de fora interino (Mota, 2007). Foi um dos pioneiros na formação de redes familiares, casou-se duas vezes, obtendo terras e fácil acesso a riquezas. O primeiro casamento com Isabel de Andrade, filha de Guilherme Ewerton, um capitão norte-americano, Lourenço herdou todas as terras de seu sogro após o falecimento (Cirino, 2017). O segundo casamento foi com Dona Ana Tereza de Jesus, filha do capitão Felipe Marques da Silva, um ex-almoxarife da fazenda real e proprietário rural, proporcionando a Lourenço uma maior proximidade com a Coroa portuguesa e acesso às terras na região de Itapecuru (Mota, 2007; Lima, 2009). Lourenço Belfort tratou em casar suas filhas e filhos com funcionários ou ex-funcionários régios da Coroa, como também outras famílias que faziam parte das elites maranhenses. As relações de Belfort com o português Felipe Marques da Silva possibilitaram alargar seus negócios no Maranhão, do mesmo modo, ajudou a instalar-se na política local de Itapecuru, acumulando diversos cargos na administração em diferentes momentos.

Segundo a pesquisadora Antônia Mota (2007), a família Belfort uniu-se aos Gomes de Sousa, mantendo relações contínuas através do casamento entre seus filhos, com o intuito de acumular fortuna para ambos os grupos familiares. Posteriormente, os Belfort se juntaram-se aos Lamagnère, Vieira da Silva, Burgos e outros grupos familiares. Interessante notar que a região do Itapecuru e da capital São Luís, onde predominava a forte influência da família Belfort, constituía uma das maiores e mais longas redes de entroncamentos familiares (Organograma 01).

---

<sup>10</sup> Segundo Mota (2007) e Lima (2009), a descendência nobre de Lourenço Belfort é questionável, pelo fato que não havia registros de terras na Irlanda em seu nome. Neste caso, alguns teóricos especulam que o título de nobreza surgiu como meio de alcançar uma situação estamental da família afim de obter riquezas e privilégios.

**Organograma 01:** Rede de Famílias na Região de Itapecuru e São Luís.

Fonte: CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. *Pela boa ordem da província e pela glória do Império—famílias, estratégias e suas tramas na administração Imperial do Maranhão (c. 1750-c. 1840)*. 2019.

Outra família de destaque são os Gomes de Sousa. O sargento-mor Antônio Gomes de Sousa, patriarca da família, adquiriu vantagens através de seu matrimônio, obtendo terras e títulos, como mestre de campo pela Companhia de Infantaria Auxiliar no Itapecuru. Os Gomes de Sousa se tornaram agroexportadores, donos de grandes lavouras na região Ribeira do Itapecuru, Munim e na vila Anajatuba, através das sesmarias que a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão oportunizava (Lima, 2009). José Antônio Gomes de Sousa, filho mais velho de Antônio Gomes de Sousa, adquiriu maior parte das terras para a família, adentrou na política obtendo cargos de almotacel, juiz e arrecadador de dízimos do Itapecuru e Mearim (Mota, 2007). A família Gomes de Sousa relacionou-se com outros membros importantes de famílias abastardas, unindo-se com os Belfort, Vieira da Silva, Gaioso e Homem Souto-Maior.

Os Lamagnère também desfrutaram da dinâmica econômica agroexportadora através da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, conquistando diversas terras no

interior da Capitania Maranhense (Mota, 2007). O francês Pierre Lamagnère, patriarca da família, se casou com Isabel Lopes de Sousa, tiveram muitos descendentes, a maioria mulheres, que conseqüentemente casaram-se com homes, também de famílias abastadas (Mota, 2007; Lima, 2009). Seu filho Pedro Miguel Lamagnère foi bastante ativo na política, chegando a cargo de almoxarife da fazenda real, que possibilitou obter oito fazendas na região ribeira do Itapecuru até a vila de Caxias das Aldeias Altas. A família foi pioneira na produção de algodão e arroz, gado, mel, melaço, rapadura e cachaça.

José Vieira da Silva, Capitão da tropa do exército real português, patriarca da família Vieira da Silva, foi designado em 1760 a tomar posse como administrador da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, ficando no cargo até 1776 (Mota, 2007; Lima, 2009). Estabeleceu-se como proprietário rural na região do Itapecuru e na vila de Rosário, onde criou sua fábrica de produção de arroz, obtendo uma forte influência política. Seu filho Coronel Luís Antônio Vieira da Silva casou-se com Dona Maria Clara Gomes de Sousa, aproveitando para aumentar a fortuna e o prestígio de sua família (Lima, 2009). A união aos Gomes de Sousa proporcionou que a família Vieira da Silva conseqüentemente associasse com os Belfort. Já os Burgos, uma das principais famílias da Capitania de Pernambuco, uniu-se aos Belfort por meio do casamento de Ana Teresa de Jesus Belfort e José Félix Pereira de Burgo, que aproveitou o matrimônio para estabelecer vínculos, riquezas e prestígio social, na região de Itapecuru e Mearim (Mota, 2007).

Os casamentos e apadrinhamentos conseguiram conceber famílias abastadas, riquezas e influência local e regional tanto de forma direta como indireta. Um grupo familiar poderia se unir com diversos outros através de um só casamento (Mota, 2007; Lima, 2009), por exemplo a família Gaioso uniu-se com os Vieira da Silva, Gomes de Sousa e os Belfort, através do matrimônio de Dona Ana Rita de Sousa e o Tenente Coronel Raimundo José de Sousa Gaioso. Essa união oportunizou que a família Gaioso virasse proprietária rural na região de Itapecuru.

[...] trata-se de um caso onde os interesses privados de um indivíduo bem colocado socialmente são sobrepostos aos da coletividade, erigindo um *mecanismo de acumulação*, forjando um *privilégio* que deve muito ao acionamento de uma rede de relações que encontra na *família* sua raiz e sustentáculo (Caires, 2012, p. 02).

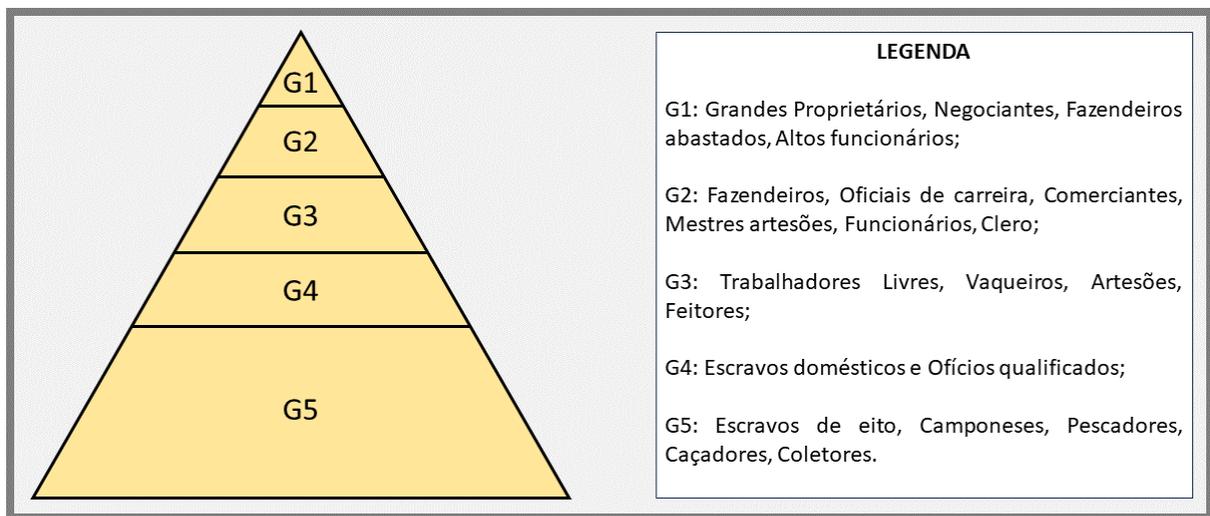
As famílias utilizavam dos consórcios matrimoniais para alcançar seus interesses particulares. Esse processo fez com que o sobrenome da família se transformasse instrumento de mercado, no qual negocia-se as influências e vantagens políticas, sociais e econômicas da região onde essas famílias residiam e agiam como mandatários políticos e econômicos.

Segundo Silva (2009), a concentração do poder que os grupos familiares conseguiram acumular, durante o século XVIII, ajudou a definir a cultura política e organização social de grupos elitistas, inseridos nas dinâmicas políticas do Maranhão no século XIX. Segundo Santos (2021a), entre os anos de 1820 e 1840, a esfera política provincial passava por fortes instabilidades proporcionadas pelas disputas intraelite de grupos familiares proprietários rurais, principalmente nas regiões do Itapecuru e na Baixada Maranhense, onde situaram as maiores e mais influentes famílias.

### 3 HIERARQUIA SOCIAL MARANHENSE: a sociedade nas primeiras décadas do século XIX

Segundo Assunção (2015), a estrutura social da Capitania do Maranhão até o século XIX, organiza-se em uma pequena parcela de grandes proprietários, comerciantes e fazendeiros abastados, altos funcionários da Coroa, oficiais de carreira e o clero, representando 20% (vinte por cento) da população em 1821. Os restantes 80% (oitenta por cento) representavam as camadas ditas “inferiores”, escravos e ex-escravos (livres), as pessoas de “cor”, camponeses, vaqueiros, artesões e trabalhadores braçais com ou sem autonomia, caracterizados pela elite como a pobreza ou caboclos<sup>11</sup>, que não possuíam trabalhos estáveis. Assunção (2015), apresenta através de uma pirâmide a organização das estruturas sociais até as duas primeiras décadas do século XIX (ver quadro 01). O autor demonstra que, fora os dois primeiros grupos sociais no topo da pirâmide (G1 e G2), todos os outros grupos restantes eram determinados como as classes pobres (G3, G4 e G5), mesmo com terceiro e quarto grupo das camadas mais populares possuindo mais chances de ascensão social<sup>12</sup>.

**Quadro 01:** Organização social de classes na Capitania do Maranhão até as duas primeiras décadas do século XIX<sup>13</sup>



Fonte: Marques Pinto, 2024.

<sup>11</sup> A palavra caboclo era utilizada para caracterizar os camponeses: “Esse vocabulário, que originariamente designa o descendente aculturado dos indígenas, já adquiriu, desde o século XIX no Maranhão, o seu significado mais amplo de camponês.” (Assunção, 2015, p. 234). Mas posteriormente, a palavra ganhou outro significado, sendo usada para definir os atributos étnicos dos indivíduos.

<sup>12</sup> Ter ascensão social não significava fazer parte dos grupos das elites.

<sup>13</sup> O quadro 1, criado pelo autor desta monografia, foi elaborado a partir das informações presentes na obra “DE CABOCLOS A BEM-TE-VIS: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão 1800-1850”.

Na realidade, a organização social do Maranhão, no século XIX, caracterizava-se pela situação econômica, condição social, linhagem e, principalmente, a etnia. Os indivíduos de “cor” sempre tendiam a possuir uma realidade mais complexa e abstrata. Nesse sentido, a sociedade maranhense dividia-se de um lado: os pobres livres e escravos, em especial pessoas de “cor”, e do outro lado os grandes senhores proprietários de terras, brancos e de origem estrangeira (Assunção, 2015). A posição social, descendência e etnia eram critérios para a ascensão dos indivíduos, possibilitando os mesmos de se tornarem grandes lavradores<sup>14</sup>.

Em outras palavras, se a inserção no processo produtivo e o acesso a um patrimônio dava forma a desigualdade social, não era necessariamente a situação de classe que prevalecia na formulação de hierarquias consagradas pela ideologia dominante da época (Assunção, 2015, p. 234).

Origem, religião, sexo, cor da pele, atributos sociais, propriedades urbanas e rurais, alfabetização, influência com os portugueses, tempo de residência na colônia, conexões familiares, ocupação, recursos financeiros e competências, eram os critérios que definiam a hierarquia social das elites, sendo a situação estamental dos indivíduos preponderantes no estabelecimento da categoria a que eles pertenciam (Assunção, 2015). Esse sistema moldou os grupos das elites no Maranhão, e, principalmente, por meio dele que foi possível formar as extensas redes familiares apresentadas no capítulo anterior. A situação estamental dos indivíduos eram um dos principais critérios para definir a classificação e posição social (Assunção, 2015). Os estrangeiros e portugueses residentes na colônia, e vindos da metrópole, utilizaram desse sistema para construir seus impérios e para virarem proprietários de terras, fazendeiros e políticos, do mesmo modo que para criar ou reforçar suas figuras sociais, pois em alguns casos, pouco se sabia da origem social desses indivíduos.

Sobretudo, a situação estamental definia majoritariamente quem eram e quem não eram os “homens bons”, dignos de terem posse das grandes riquezas, propriedades, escravos e direitos políticos. Após a independência política do Brasil, essa classificação de “homens bons” metamorfoseia-se a outro significado, adquirindo um pouco mais de amplitude (Assunção, 2015). De “homens bons” agora transformados em cidadãos brasileiros, uma nova nomenclatura, mas um velho sistema ainda estamental. A cidadania ainda era definida pela condição social, etnicidade, patrimônio, idade e sexo. A segunda categoria da pirâmide ganhou mais facilidade de ascensão política e social, porém, a ascendência, etnia, cultura e religião,

---

<sup>14</sup> Com um significado diferente dos dias atuais, a profissão de “lavrador” no século XIX, era designada aos grandes fazendeiros e agricultores donos de vastas propriedades de terras e escravos, ser um lavrador significava ser da elite agrícola (Assunção, 2015).

estabelecia a hierarquia na estrutura social (Assunção, 2015). Por meio do sistema estatal, criou-se uma cultura política e social na Capitania maranhense no século XVIII, em que as famílias das elites utilizaram este sistema para se estruturar e estabelecer uma ordem dentro da capitania, como também ajudou a consolidar grupos ambiciosos, que buscavam poderes políticos no âmbito local, regional e nacional.

### **3.1. “Homens bons”: de donatários à políticos**

Utiliza-se pelos portugueses durante o período Colonial, até a primeira metade do século XIX, o sistema de sesmarias para a distribuição de terras aos “homens bons”, os capitães donatários designados pela Coroa e que ficavam responsáveis pelo compartilhamento dos lotes de terras dentro de suas Capitânicas (Assunção, 2015). Os indivíduos que adquiriam os lotes de sesmarias tinham o dever de cultivar suas terras entre um período de cinco ou mais anos, caso a Coroa desejasse aumentar o tempo de cultivo, utilizando somente 20% (vinte por cento) do lote para uso próprio. Após o sesmeiro cumprir com as exigências de produção da Coroa, as terras passavam a ser sua propriedade e de seus herdeiros. O sistema de sesmarias “constituía assim um direito de uso que podia se transformar em um título de propriedade.” (Assunção, 2015, p. 107). Lotes, “doados” pela Coroa, não eram sujeitos aos impostos, e o produtor precisava pagar somente o dízimo sobre seus produtos, as ferramentas e a quantidade de escravos dentro de suas lavouras. O sistema de sesmarias foi de fato bastante atrativo para os “desbravadores” que vinham aventurar-se na dinâmica agroexportadora estabelecida por Pombal no Estado do Grão-Pará e Maranhão – ainda mais com ferramentas e empréstimos fornecidos pela Coroa através da Companhia Geral de Comércio.

Contudo, devemos frisar que “a teoria jurídica e a realidade concreta da apropriação da terra no Maranhão foi geralmente imensa” (Assunção, 2015, p. 141). As sesmarias passavam por um demorado e caro processo até a confirmação formal decretada pela Coroa Real, e mesmo quando adquiridos pelos sesmeiros, as terras eram limitadas e impostas várias restrições legais. Os lotes não podiam ser distribuídos de forma desenfreada, do mesmo modo que sesmeiro só poderia obter as terras se fosse para o cultivo, pois essa era a missão dada a ele pela Coroa. Portanto, o proprietário da sesmaria tinha que produzir, exportar e gerar lucro para a Metrópole, caso não houvesse o devido cultivo das terras, os lotes eram expropriados pela Coroa Portuguesa<sup>15</sup>. A “concessão de sesmarias tendeu a ser cada vez mais complicada e onerosa”

---

<sup>15</sup> Segundo Assunção (2015, p. 118), todo e qualquer território “pertencidos” a Colônia do Brasil, que não eram culpados pelos “súditos da Coroa era considerada devolutas, inclusive as terras indígenas”.

(Assunção, 2015, p. 108), o dízimo e o custo de produção eram muito altos, muitos sesmeiros não pagavam devidamente os impostos sobre as ferramentas e os escravos, como também não devolviam os lotes de sesmarias para Coroa e acumulavam várias léguas de terras, ultrapassando a quantidade de terras que podiam cultivar<sup>16</sup>. Assim, vários fazendeiros “se diziam proprietários de extensas terras, mas não possuíam nenhum título de sesmaria (Assunção, 2015, p. 124). As sesmarias, por muitas das vezes, eram tomadas como propriedades privadas pelos sesmeiros, mesmo sendo terras “emprestadas” pela Coroa.

A grande extensão do território da Capitania do Maranhão dificultava para Coroa o controle direto sobre distribuição legal de terras e fiscalização em torno dos lotes de sesmarias. Desde o século XVIII, a Coroa atribuía as câmaras municipais a responsabilidade de informar sobre os “terrenos, querendo saber se eram realmente devolutos e podiam ser atribuídos em sesmarias” (Assunção, 2015, p. 108). A representação das câmaras municipais surgia como um modelo microcosmos de poder na atuação local, assemelhando-se ao poder central exercido pela Coroa. As câmaras atuavam em todas as esferas institucionais, operando as funções judiciais, normativas e executivas (Wehling, 2018).

Segundo Wehling (2018, p. 64), “as câmaras municipais organizariam a vida local por meio de posturas, bandos e sentenças dos juízes ordinários.”. Do mesmo modo, tinham o poder de atribuir os cargos de almotacéis, juiz de fora, juízes de vintena, quadrilheiros, tesoureiros, capitães-mores, sargentos-mores, capitães do mato, depositários públicos, entre outros, como também eram responsáveis pelo recrutamento, a defesa das terras, cobrar e recolher os impostos e demarcar as sesmarias. Dessa forma, as câmaras constituíam-se como ferramenta de poder importante para aumentar e assegurar riquezas, vantagens político-institucionais e sociais, pois garantiam os recursos necessários aos empreendimentos e interesses de seus representantes (Mota, 2007). Cabe perguntar-nos: Quais eram os indivíduos que podiam exercer e gozar os direitos políticos, como também os representar no contexto local, tornando-se vereadores nas câmaras municipais na Capitania do Maranhão no período Colonial?

Os direitos políticos eram reservados exclusivamente à uma pequena parcela da sociedade Colonial, somente os “homens bons”<sup>17</sup> brancos, “desbravadores”, “aventureiros”,

<sup>16</sup> Segundo Mota (2007, p. 42), os “chefes de família assumiam a responsabilidade de auxiliar os novos membros a conseguirem terras, quase sempre através de sesmarias, mas também poderia ser por compra ou herança.”, esses eram um dos meios de acumular e aumentar as terras de uma única família.

<sup>17</sup> Devemos nos atentar a crítica de Arno Wehling (2018, p. 63), apresentando que mesmo durante o período Colonial somente os “homens bons” podiam representar a política, não eram a única categoria que representava o poder local: “Proprietários, comerciantes, artesãos, posseiros são agentes sociais de poder, assim como milícias e juízes do povo (de ocorrência restrita) são agentes institucionais, que participam da dinâmica social e não podem ser reduzidos a um genérico e unívoco conceito de “homens bons”, que varia sob o impacto daquelas variáveis,

grandes proprietários de terras, fiéis a igreja e devotos a Coroa portuguesa, representando e exercendo o papel político na época (Assunção, 2015). Os mesmos tornavam-se vereadores, almejando o mais alto grau da administração local e regional, a posição social dos indivíduos também servia como fator que ajudava a adquirir os cargos e títulos mais vantajosos na Capitania, podendo chegar a ser presidente da Capitania/Província (Assunção, 2015; Wehling 2018). As câmaras municipais significavam, para os fazendeiros proprietários de terras, um meio de assegurar seus lotes, como também adquirir mais sesmarias e sonegar impostos, atribuindo os cargos políticos-administrativos aos indivíduos de suas dependências como forma de controle social local.

O sistema político no Maranhão até a primeira metade de século XIX, torna-se complexo e arbitrário, moldando-se através das linhas ideológicas de elites formadas por proprietários de grandes lavouras que provinham de famílias abastadas, resultando que a dinâmica política da Capitania e, posteriormente Província, centralizasse em torno dos interesses dos grupos familiares, que desejavam os cargos políticos-administrativos, especialmente aos ligados a fazenda (Mota, 2009). Esse desejo em torno dos cargos políticos servia para garantir a distribuição de bens e favores aos outros de seu grupo, sendo eles seus parentes ou associados as famílias “endividavam-se uns com os outros, criavam laços, funcionavam como uma irmandade de ajuda mútua, fortalecendo seu grupo familiar.” (Mota, 2007, p. 42). Entre o século XVIII e primeira metade do século XIX, grande parte de membros e associados das famílias abastadas obtiveram diversos cargos políticos-administrativos locais, regionais e provinciais. A ambição pelo poder que os cargos públicos ofereciam configurava-se mais complexa, em que os mesmos definiam a ordem da estrutura política e social, como também por meio deles os grupos das elites podiam reproduzir suas tendências conservadoras ao modo de estabelecer uma ordem social (Assunção, 2015).

### **3. 2 Caldeirão de mistura: entre o público e o privado**

Segundo Carvalho (2008), diferentemente de outras Colônias, no Brasil, em especial na Capitania do Maranhão, os cargos públicos da administração não se categorizavam a um mero hobby praticado pelos “homens bons”, mas serviam para suprir suas necessidades e o sustento material dos setores privados. O nível de complexidade entre a relação do público com o privado, ao longo dos séculos XVIII e XIX, torna-se mais abstrata, ao modo, que próprio Estado

---

em especial quando o crescimento do município provoca cada vez maior diferenciação social, um bom conceito sociológico para dar conta de tantas transformações sociais e institucionais.”

começa a depender economicamente do setor privado, por conta da economia agroexportadora em ascensão e a entrada de grandes proprietários do setor privado na política da Capitania.

Na esfera política local do Maranhão, se fazia uma tarefa bastante difícil, distinguir e definir o que fazia ou não parte do público ou do privado (Silva, 2007). No século XIX, a relação ente público e privado torna-se complexa, ao fato, que os cargos da administração pública vão sendo ocupados pelos “homens bons”, os únicos que podiam exercer os seus direitos políticos. Esses homens redirecionavam o poder da máquina estatal para seus grupos familiares, com o intuito de atingir fins particulares, fazendo com que o poder público ficasse à mercê da esfera privada (Carvalho, 2008). Mesmo com limitações da Corte no setor privado, o Estado tendia a dar certa liberdade, por conta da dependência econômica.

A autoridade dos ‘homens bons’, presidindo as câmaras municipais, era tamanha que chegava a confrontar-se com o Governo Geral, estando a população colonial brasileira duplamente subjugada a autoritarismos: em um âmbito ao Governo Geral e em outro as câmaras municipais, demonstrando a clara oposição entre o Estado e o particularismo das famílias (Silva, 2007, p.23).

Assim, o que era para ser “público” torna-se de caráter privado de grupos das elites da Capitania. Deste modo, o setor público estruturou-se no particularismo de indivíduos da elite provindas de famílias abastada, que visualizavam os cargos políticos-administrativos locais, regionais e nacionais para garantir suas necessidades (Silva, 2007). No entanto, a elite maranhense não se caracterizava de maneira homogênea ou única. Cada grupo familiar necessitava dos cargos públicos para interesses próprios, que por muitas das vezes tais interesses divergiam, ou seja, com vários grupos elitistas disputando pelos cargos no setor público. No século XIX, as disputas tornam-se mais tensas, a independência administrativa do Brasil criou uma lacuna de poder no espaço político, com a retirada e perseguição dos portugueses em cargos públicos da então Província do Maranhão. Durante o período regencial (1831-1840), a esfera política do Império se desestabiliza ainda mais, alavancando violência a partir das revoluções, entre as disputas pelo poder (Silva, 2007).

Não obstante, as disputas intraelite não se resumiam somente a conflitos violentos por poder e prestígio social, mas com o decorrer das mudanças sociais, os grupos vão metamorfoseando-se e adquirindo forma e conceitos concretos, ao mesmo modo, incorporando e definindo correntes ideológicas. Esse contexto, pode ser visualizado com a formação das famílias abastadas e de suas extensas redes. A partir do momento em que indivíduos dessas famílias elitistas entram na esfera política, utiliza-se de seu sistema de redes para tentar manter-

se no poder, logo, as redes se ampliaram e adquiriram forma de grupos políticos, que, posteriormente, transformaram-se em partidos.

### **3. 3 Ideias abstratas: ambiguidades nas perspectivas ideológicas das elites do século XIX**

As reformas de Pombal também incentivaram a criar e formar grupos de cientistas com o fito de desenvolver e formular os conhecimentos técnicos e científicos, até a independência do Brasil. Grande parte da elite brasileira possuía Ensino Superior, especialmente em cursos de Direito ou Magistério, graduando-se na Universidade de Coimbra em Lisboa (Carvalho, 2008). A formação de indivíduos no Ensino Superior foi crucial para construção e “unificação” ideológica dos grupos elitistas. A maioria das elites, até o começo do século XIX, possuía Ensino Superior. Segundo Carvalho (2008, p. 65), “a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos”, que possuía o controle, estabelecia a ordem social e os paradigmas culturais e ideológicos do sistema político brasileiro.

Os estudos no exterior do Brasil resultaram na “estrangeirização”<sup>18</sup> do pensamento social brasileiro. Os ideais que predominavam no Brasil, no século XIX, tinham como base em sua inspiração o sistema político e organização social de outras nações (Weffort, 2011). Isto causou uma grande confusão nos discursos e práticas ideológicas de agentes políticos no século XIX, pois estavam carregados de contradições e ambiguidades que não condiziam com a realidade social brasileira. Porém, as ambiguidades no sistema político ajudaram a consolidar perspectivas e conceitos, do mesmo modo trouxeram paradigmas essenciais e pertinentes para o sistema político Imperial – que estava relutante, neste caso, com as mudanças para os partidos políticos.

Os ideais do liberalismo eram os tipos de modelo em que a maior parte das elites adotavam no começo do século XIX. Essa corrente predominou e incentivou o processo de independência no Brasil. Apoiados no liberalismo, as elites construíram a ideia de uma nação livre e justa<sup>19</sup>, solta das amarras do Colonialismo, almejando uma nação que já tinha uma certa autonomia, mas que ansiava por algo mais, a independência.

---

<sup>18</sup> Francisco Weffort apresenta em sua obra “Formação do pensamento político brasileiro” (2011), o conceito de “estrangeirização” como uma característica adotada por alguns pensadores brasileiros, em especial pensadores da elite letrada, de usarem ideias políticas estrangeiras sem levar em conta as peculiaridades sociais, econômicas e culturais da realidade brasileira.

<sup>19</sup> Essa corrente não se aplicava a todos, limitava-se somente a alguns indivíduos, como os grupos G1 e G2 do quadro 01.

Foi a busca pela adequação ao modelo político e econômico do liberalismo europeu que serviu de base discursiva para as classes políticas brasileiras como o ponto nevrálgico para o sucesso da construção do Estado Nacional idealizado por esses grupos. Qualquer desvio dessa perspectiva sinalizava uma distorção do tipo de sistema de poder “ideal” e produzia entre os atores políticos, assim como nos jornais do período, a necessidade da manutenção da ideia do liberalismo como a única alternativa viável e perfeitamente adaptável ao contexto brasileiro (Santos, 2021a, p. 12).

No período pré-independência, a Colônia brasileira estava tomada por ideias liberais. A sociedade ansiava pela liberdade e emancipação política de Portugal. Sem embargo, como já vimos no Capítulo anterior, a sociedade Colonial brasileira herdou fortes traços tradicionais e conservadores e, principalmente escravocrata da colônia portuguesa. De um lado, grupos conservadores, e de outro os grupos liberais, a batalha do “tradicional versus moderno ou velho versus novo” (Cirino, 2021, p. 54). Segundo Santos (2021a), a Capitania maranhense, que tinha um maior vínculo nos aspectos geográficos, econômicos, políticos, culturais e sociais com a metrópole portuguesa, do que os demais territórios do Brasil, teve seu processo de emancipação com maiores empecilhos, contribuindo para que sua transição na adoção de discursos, conceitos e técnicas emergentes na modernização do mundo fosse lenta e gradativa.

A esta ordem escravocrata que se mantém ante a formação do Estado e mesmo na incorporação particular de ideias políticas liberais, não seriam mesmo poucas as contradições, sendo estas altamente reveladoras da particular fusão que persiste pelo século XIX entre as dimensões do público e do privado. (Cunha, 2006, p. 230).

O discurso praticado no início do século XIX era de cunho liberal, a primeira Constituição de 1824, após a independência, tinha uma aparência liberal, entretanto havia uma enorme lacuna entre a teoria e a prática: “de um lado, com as antigas práticas Coloniais e resquícios do absolutismo português, e, de outro, com o discurso moderno e civilizador dos agentes políticos responsáveis pela condução do Estado” (Santos, 2021a, p. 45). É correto afirmar que as correntes ideológicas que percorriam pelo Brasil, no início do século XIX, eram contraditórias, resultando em uma estrutura política difusa que vai se organizando ao decorrer do século.

#### **4 UMA POLÍTICA DE MERCADO: administração clientelista maranhense no século XIX**

No século XIX, os cargos públicos eletivos representavam uma carreira profissional, na qual estabeleciam-se práticas patrimonialistas dos grupos elitistas maranhenses (Grill, 2013). As vontades e interesses patrimonialistas se materializavam e concretizavam através do poder de cargos políticos-administrativos (Grill, 2013). Os cargos da administração, desta forma, transformavam-se como objetos de poder, sendo de cunho político, econômico, social ou cultural. Os grupos das elites maranhenses apropriavam-se do setor “público”, como uma forma de legitimar suas ações de forma direta ou indireta<sup>20</sup>, influenciando e dominando a política local ou regional por meio do sistema clientelista.

Além disso, seu uso aponta para uma tendência de transferir a explicação dos fenômenos políticos às decisões, vontades, interesses e desígnios de uma coletividade substancializada, “a oligarquia”, adotando o modelo reificante de perceber a “vida social”, em detrimento do enfoque relacional ou processual. (Grill, 2013, p. 136).

As famílias elitistas organizavam-se em grupos que eram divididos e caracterizados através da localização de suas terras no extenso território do Maranhão, a partir da quantidade de famílias como do capital econômico e cultural que as mesmas possuíam. Sob esse prisma, formava-se uma cadeia hierárquica, estabelecendo os líderes/patriarcas desses grupos como representantes e mandatários de uma elite política em consolidação na capitania do Maranhão (Assunção, 2015; Mota 2007). A política maranhense, desde o século XVIII, desenvolveu-se em cima de uma cultura sustentada em laços familiares, ou em outras palavras, uma cultura clientelista, na qual consolidou-se e tornou-se extremamente difícil de extinguir nos séculos seguintes. Segundo Ivana Stolze Lima (1999), o clientelismo pode ser caracterizado como um sistema de acúmulo de poder, seja econômico, político, cultural ou social, que não se restringe

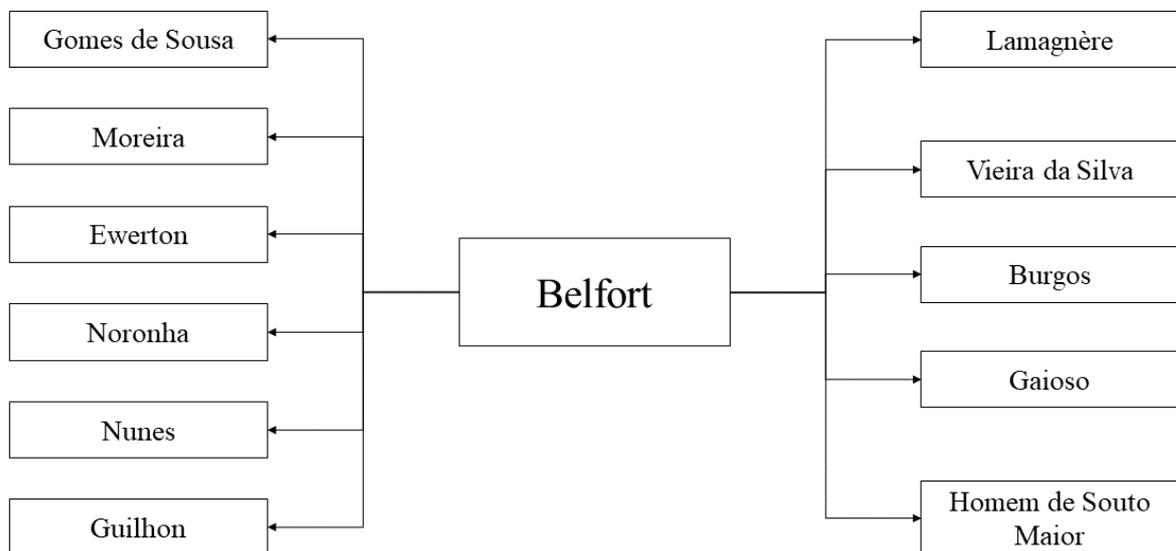
---

<sup>20</sup> Haviam diversas maneiras das famílias abastadas obterem o controle e influência da esfera política local, tanto de forma direta, em que os indivíduos da própria família adentrassem nas eleições para tomarem posse dos cargos, como de forma indireta na qual as famílias abastadas escolhem um indivíduo de sua clientela, leal e dependente, para representa-la carregando seus interesses particulares no âmbito político-administrativo. Os indivíduos representantes dessas famílias, eram escolhidos pelo grau de proximidade e fidelidade, como também sua situação estamental: “processos de seleção social via uma sociografia que seja capaz de mensurar o peso do background social, do patrimônio familiar, do acesso a títulos escolares e profissionais, da condição de gênero, da origem étnica, entre outros indicadores de posição social que permitam visualizar a morfologia da “elite” e o grau de diversificação social ao longo do tempo.” (Grill, 2013, p. 137-138).

a troca de favores, mas a uma “trama da sociabilidade que envolve indivíduos submetidos à situação de dependência pessoal” (Cunha, 2006, p. 230).

O clientelismo era dotado de incertezas, por ser um acordo entre pessoas ou grupos firmados por meio de promessas. Em períodos eleitorais, as famílias abastadas reafirmavam as relações com suas extensas redes clientelistas. Os dependentes, vinculados as famílias patriarcais, demonstravam aos chefes a sua obediência, lealdade e reconhecimento, em troca de favores e proteção: “A estruturação desse sistema, não obstante, se fazia a partir do controle eleitoral, que por sua vez tinha como base relações clientelistas na troca de empregos por votos [...]” (Cunha, 2006, p. 232). Os que tinham uma maior quantidade de dependentes/clientela, “transformava-se efetivamente em um chefe local” (Lima, 1999, p. 185). Por exemplo, a família Belfort criou uma enorme rede de clientela (Organograma 02), ajudando a eleger os patriarcas e membros da família, por muitas vezes consecutivas, na política local de Itapecuru (Mota, 2007). A prática familiar espelhou-se em gerações seguintes, replicando os costumes clientelista ao longo do tempo.

**Organograma 02: Entroncamentos da família dos Belfort ao longo do século XVII e XIX.**<sup>21</sup>



Fonte: Marques Pinto, 2024.

A cultura política maranhense, no período Colonial e Imperial, se forma em torno de um sistema de relações de dependências entre indivíduos de várias camadas das elites. Após a

<sup>21</sup> O quadro 1, criado pelo autor desta monografia, foi elaborado a partir das informações presentes na obra “HONRADAS FAMÍLIAS: poder e política no maranhão do século XIX (1821-1823)”.

independência, instalou-se um sistema político com um novo regimento de poder exercido pelo imperador, o poder Moderador, em que cargos como a Presidência da Província eram estabelecidos através do poder Moderador (Assunção, 2015). Por conseguinte, a cultura clientelista abrangia todas as camadas sociais das elites, não se restringindo a casos isolados no contexto local, com uma participação ativa de todos níveis das elites, como forma de controle e estabilidade social (Cunha, 2006). “O Imperador funcionava como uma espécie de padrinho para os chefes locais, constituindo-se na proteção contra as tensões sociais latentes, ao controlar uma rede de autoridades para vigiar a manutenção da ordem pública” (Lima, 1999, p. 185). A autonomia política local, ou regional, representava uma ameaça ao poder Central. Deste modo, se fazia importante a participação do Imperador nas relações clientelistas, a fim de reafirmar a lealdade ao Imperador, caracterizando-se um sistema de interdependência das cadeias hierárquicas:

[...] o gabinete ministerial necessitava da lealdade do chefe local para consolidar a centralização política. Os ministros, mesmo nomeados pelo Imperador, dependiam do Congresso. Os deputados eram eleitos pelos chefes locais. Mas os ministros tinham o poder de controlar o processo eleitoral através das nomeações, seja para funções diretamente ligadas às eleições, seja para outros cargos que precisariam ser devidamente retribuídos com lealdade. (Lima, 1999, p. 185).

A esfera local/regional e central buscava alinhar seus interesses, apesar disso, havia muita instabilidade em suas relações, algumas reafirmações eram rasas e escassas de garantias, não se tratava de acordos constitucionais, mas de lealdade pessoal (Lima, 1999). Segundo Silva (2007), a cultura patriarcal e clientelista era predominante no território da Província maranhense. As decisões locais, sob forte influência do particularismo familiar, podiam não estar de acordo com os propósitos do Imperador, na esfera local, o peso da palavra era dos patriarcas líderes dos grupos familiares. Além disso, as disputas intraelite pelos favoritismos do Imperador, a fim de ganhar mais benefícios, tendia a desestabilizar e causar contradições no campo político.

#### **4.1. Peças do tabuleiro: formação dos partidos políticos**

Até as três primeiras décadas do século XIX, os cargos da administração do Maranhão estavam em sua maioria sendo ocupados ou sob fortes influências de grupos familiares das elites, que estavam associadas as grandes lavouras ou ao comércio (Santos, 2021a). Segundo

Grill (2013), os grupos familiares adaptavam-se a parâmetros políticos e sociais que surgiam de eventos ou mudanças, ao longo do tempo, para alcançar seus interesses e não serem desenraizados de suas situações estamentais – tal estratégia difundiu um contexto político confuso em seus conceitos ideológicos e sistemáticos, sendo reformulado frequentemente ao decorrer do século XIX.

Adquirir o poder dos cargos da administração pública significava assegurar e aumentar suas riquezas, mas também um meio de oprimir os adversários no campo político (Silva, 2007). A obsessão dos grupos das elites do Maranhão, em torno dos cargos políticos-administrativos, gerou um longo período de intensas disputas políticas que diminuiu a influência familiar até a metade do século XIX, centrando e fortalecendo o controle administrativo nas mãos do poder Central. Todavia, essas disputas na esfera política ajudaram na formação e definição de uma cultura política, um sistema de crenças políticas e ideológicas, e organizações políticas antes rejeitadas pelo Império e agentes políticos, como organizações partidárias ou partidos políticos.

Vale destacar, ainda, que o argumento de Graham evolui para demonstrar como as lealdades pessoais dispostas nas cadeias de dependência clientelística organizam em boa medida as próprias divisões políticas, o que caracterizaria no limite um quadro de inexistência de partidos ideológicos no Império. (Cunha, 2006, p. 232).

O processo de transição de grupos políticos para partidos políticos ocorreu gradualmente ao longo do século XIX, levando em conta diversos fatores, inclusive as disputas intraelite. Grupos políticos negavam ser partidos, mas gradativamente foram transformando-se e consolidando-se em partidos políticos propriamente ditos (Santos, 2021a). O sistema político estava profundamente estruturado em relações clientelistas e estamentais. Os grupos políticos eram compostos, em sua maioria, ou totalidade, pelas elites com suas raízes nas famílias abastadas, fazendeiros ou comerciantes. Entretanto, as disputas e instabilidades do jogo político abriram brechas para alguns grupos não visibilizados a acenderem na política, do mesmo modo que ajudou a consolidar concepções ideológica ambíguas até o começo do século XIX. A motivação ideológica<sup>22</sup> junto a ambição maçante pelo poder fornecido pela esfera pública, de certo modo, facilitou na transição do sistema político, ainda com fortes traços do Colonialismo, para um sistema mais moderno e atraente, o partidarismo político.

---

<sup>22</sup> Como apresentados no capítulo anterior, a noção de ideologia presente nos grupos políticos durante a primeira metade do século XIX apresenta-se de forma contraditória. As elites utilizavam dos discursos que mais se alinhavam com seus interesses, portanto, trocavam seus discursos quando não serviam mais aos seus favores (Santos, 2021a).

A ideologia dos grupos políticos foram incorporando formas mais concretas e lúcidas em seus discursos, como também na prática de seus ideais. Não obstante, de formar tardia, em meados do século XIX, o processo de consolidação de uma ideologia única dos grupos políticos, inicia-se ao decorrer do amadurecimento e fortalecimento veemente de organizações semiestruturadas<sup>23</sup> ou pré-partidárias, para organizações estruturadas institucionalmente, ou seja, partidos políticos (Santos, 2021a). Através dos seus ideais que os partidos políticos estabeleciam suas identidades, limites, diferenças, igualdades, discursos, ações e, principalmente, seus interesses e sua cultura, se tratava de “um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos” (Motta *apud* Santos, 2021a, p 12). Na ideologia estava atrelada as ações dos integrantes<sup>24</sup> das entidades partidárias no exercício da política.

Acontece que os partidos políticos “surtem” tardiamente no cenário político brasileiro, somente em 1855, que o poder Central reconhece suas existências e os institucionaliza. As práticas políticas Imperiais tinham um desejo de modernização do Estado, mas até um certo limite, vistos que os partidos políticos era “um passo em direção à destruição da monarquia e ao estabelecimento da temida república” (Santos, 2021a, p. 53-54). Não havia organizações político partidárias até a metade do século XIX, mas grupos pré-partidários conservadores, liberais, republicanos radicais, absolutistas e anticonstitucionais. O termo “partido”, segundo Santos (2021a), empregava outro sentido, não como caracterização de entidades políticas, mas como insulto aos adversários políticos, visto que o termo adquiria o mesmo sentido de “facção”.

Mesmo com modelos pré-partidários, as organizações/grupos políticos ainda estavam fortemente entrelaçadas com os laços clientelistas e a um sistema de lealdade pessoal, como também os grupos não configuravam uma base ideológica sólida, assim dificultando a modernização do sistema político e a consolidação de partidos políticos baseados nos modelos europeus, os grupos políticos ainda sob a pejorativa das famílias abastadas. Essas organizações pré-partidárias e, posteriormente, partidárias, foram consolidadas mais umas das extensões dos núcleos familiares. O sistema administrativo podia ter uma aparência nova, mas velhas práticas, a política e a família era uma esfera indissociável (Santos, 2021a). Não obstante, a modernização do Estado proporcionou a entrada de agentes de outras origens sociais com a cidadania reconhecida.

---

<sup>23</sup> O termo semiestruturadas pelo fato que essas organizações não se elaboraram de forma repentina, mas a partir de um longo processo de acontecimentos históricos, sociopolíticos, revoltas populares e instabilidades políticas. Como resultado desses eventos, as organizações moldavam-se ao contexto sociopolítico emergente.

<sup>24</sup> Compostas pelos verdadeiros cidadãos, que antes eram chamados de “homens bons”.

Mesmo após a independência e a necessidade de um Estado novo e moderno, não havia espaço para organizações partidárias. No entanto, isso não impediu que essas organizações surgissem a partir das instabilidades políticas. Segundo Santos (2021a), a abdicação de D. Pedro I e instauração do período Regencial deu início ao nascimento dos partidos políticos, como o partido Conservador e o partido Liberal, que por conseguinte aproveitaram das oportunidades, adquirindo espaço político dentro nas Câmaras.

Os ideais e ações das organizações políticas, assim como a cultural política, adquiriram novas formas ou modificaram-se dentro do cenário político na primeira metade do século XIX. Com novos agentes de origens sociais, externa a das famílias abastadas, adentrando no espaço político, os grupos políticos formularam outros meios para manterem a homogeneidade de seus grupos, mas, ao mesmo tempo, os tornarem mais atraentes para outros “cidadãos”. Desta forma, utilizaram dos meios midiáticos como artifício de promoção de seus ideais. A imprensa foi essencial para formação da cultura política durante o século, tal como principal meio de propagação e inculcação de discursos aos poucos letrados da Província maranhense:

A imprensa criou, então, as condições necessárias à circulação de ideias, arregimentou em torno de si as classes letradas e abastadas, expressou em letras prensadas o cotidiano e as artes, “criou” a imagem das elites políticas, ditou as regras de convívio social, balizou a importância das praças comerciais, delimitou uma cultura baseada na palavra escrita e deu o tom do seu alcance social (Santos, 2021b, p. 201).

A imprensa marcou momentos importantes na política da Província do Maranhão, tanto nas esferas locais como regionais, tendo caráter decisório, principalmente, no período pré-independência, no qual foi bastante turbulento na província. A mídia ajudou a construir a imagem e os discursos ideológicos de grupos políticos, principalmente para consolidação das organizações partidárias (Santos, 2021b). Além disso, a imprensa serviu tanto como meio de comunicação dos grupos políticos com a opinião pública<sup>25</sup>, como uma “arma” política para disseminar seus ideais ou prejudicar e atacar seus rivais (Santos, 2021a). Os jornais possuíam as principais informações que circulavam na Província do Maranhão, os meios midiáticos detinham um poder das massas letradas. Nesse sentido, utilizava-se da imprensa para controlava as informações e ideais, era o “meio de divulgação e crítica das medidas oficiais do governo e de circulares, bandos, decretos e leis, dentre outros meios de comunicação do poder instituído com a opinião pública” (Santos, 2021b, p. 204). A imprensa foi fundamental em momentos de

---

<sup>25</sup> A opinião pública se restringe a uma pequena parcela da população, somente os letrados das elites da Província (Santos, 2021a).

turbulência política, em que a mídia ajudou a preparar a sociedade Provincial maranhense tradicionalista e conservadora, para a chegada dos partidos políticos, ocasionando discursos e pejorativas, na qual as organizações partidárias representavam e defendiam os interesses sociais (Santos, 2021a).

Os partidos políticos sugeriram a partir de um longo e conturbado processo de modernização política (Carvalho, 2008). Em primeira instância, a dificuldade de instaurar um sistema político partidário é causada pelo medo da descentralização e perda do poder que os grupos das elites obtinham, mas também a falta de uma corrente ideológica sólida. O receio das elites, e própria instabilidade política, gerou na formação de grupos com ideais sólidos, assim modernizado o sistema político, mas sem alterarem tanto a organização social antiga (Santos, 2021a). As elites utilizavam do liberalismo como meio de modernizar sem que perdessem seus privilégios.

Ao considerar que a emancipação política do país não significou uma profunda mudança de nossas esferas burocráticas e institucionais e que a renovação de seus personagens sofreu poucas alterações, podemos afirmar que: a) ao longo do século XIX o entendimento do conceito de partidos foi ganhando um status muito mais avançado e moderno se comparado às suas ações práticas; b) os partidos, mesmo compreendendo seu papel dentro do sistema representativo, ainda estiveram ligados aos interesses das famílias abastadas nas províncias pelo menos até fins da década de 1860; c) os partidos foram o reflexo da instabilidade do sistema monárquico brasileiro, a julgar por suas ideologias frágeis, sua convivência com interesses pessoais e de grupo – em detrimento do bem público – e a volubilidade de seus membros (Santos, 2021a, p. 43).

Os políticos do século XIX negavam existência de organizações político-partidárias antes dos anos de 1855, de fato não havia as organizações pré-partidárias resultadas dos processos turbulentos, logo após a renúncia de 1831 (Carvalho, 2008). A organização dos grupos políticos aos moldes de partidos se inicia a partir dos anos 30 do século XIX, surgindo o grupo Liberal (futuro partido liberal e conservador) por volta de 1831. O grupo Conservador, por volta de 1837, mesmo com algumas mínimas diferenças, em ambos os lados, os grupos defendiam os mesmos interesses agrários e escravistas (Carvalho, 2008; Santos, 2021a). No período Regencial ocasionou-se uma lacuna de poder enorme proporcionada pela abdicação de D. Pedro I, este vácuo de poder transformou o espaço político da Província do Maranhão em um campo minado, onde grupos liberais e conservadores disputavam seus interesses. A rivalidade entre os grupos deu início ao processo de reorganização do sistema político, ampliando o direito do voto que alcançando uma parcela mais extensa da sociedade, surgindo

a necessidade da criação de comitês eleitorais para popularizar os candidatos, do mesmo modo, os grupos ajustaram-se a novos parâmetros agrupando-se por afinidades (Santos, 2021a).

As rebeliões provinciais causadas pela má formação e disputas dos grupos políticos no período Regencial, junto ao Código de Processo Criminal (1832) e o Ato Adicional (1834), desestabilizou e descentralizou a política do Império (Carvalho, 2008). Mas, do mesmo modo, a partir de 1840, mostrou-se necessário admitir a real importância dos grupos políticos enquanto instituições políticas organizadas, adequando-se a ideia de permanência de grupos partidários institucionalizados na esfera política para a construção do Estado e organização do ideário e da representação política brasileira (Santos, 2021a). A Conciliação de 1853 serviu para apaziguar os conflitos entre os grupos liberais e conservadores. De certa forma, as disputas entre os grupos diminuíram, mas não acabaram, pois ainda havia conflitos, em sua maioria interno, resultando em separações ou mudança para outros grupos (Santos, 2021a). Segundo Santos (2021a), somente em 1855, no Segundo Reinado, os partidos políticos tornaram-se institucionalmente aceitos como engrenagem do sistema político Imperial. Contudo, já a partir da década de 1830, os grupos políticos auto intitulavam-se como partidos, mesmo o termo tendo outros sentidos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reformas no período pombalino, criaram espaços para que outros “estrangeiros” adentrassem no território maranhense, trazendo consigo uma gama de mudanças econômicas, políticas e sociais. Ao estabelecerem no Maranhão, esses indivíduos caracterizados “homens bons” ou “desbravadores”, articularam-se nos territórios tornasse-se fazendeiros, afim de construir suas riquezas através do mercado agroexportador que estava em ascensão. Além de obter fortuna pelo mercado agroexportador, os homens bons procuravam criar relações, através de matrimônios ou apadrinhamentos com funcionários ou ex-funcionários da Coroa, para facilitar alguns privilégios e aumentarem suas terras e riqueza. Essas relações levaram a formação de extensas redes de entroncamentos familiares, que conseqüentemente serviram como ferramenta de poder.

Como forma assegurar suas terras, os fazendeiros adentraram na política local chegando aos cargos de vereadores das câmaras por meio de suas redes de entroncamentos. As câmaras municipais davam a eles o controle sobre as terras locais (sesmarias), e o poder judicial, normativo e executivo no contexto local. As câmaras também tinham a função de nomear os indivíduos aos cargos “públicos” como almotacéis, juiz de fora, juizes de vintena, quadrilheiros, tesoureiros, capitães-mores, sargentos-mores, capitães do mato, depositários públicos, entre outros. Os cargos “públicos” serviam como uma ferramenta de poder e controle social, no que resultou em disputas entre os indivíduos das elites por esses cargos.

Como forma de obter os cargos “públicos” as elites foram formando grupos políticos, que se empenhavam em garantir suas vitórias. No entanto, mesmo esses grupos políticos serem o resultado das redes familiares, ainda não garantiam a vitória nas eleições. Não havia solidez nos grupos políticos, não tinham uma ideologia consolidada, nem regras ou condutas. Os indivíduos podiam sair ou entrar em qualquer grupo político, o que importava era qual grupo mais se alinhava com os interesses dos “homens bons”. No entanto, com a entrada do período regencial, o quadro político brasileiro sofreu uma instabilidade muito maior, afetando fortemente a Província do Maranhão. As disputas pelos cargos políticos se intensificaram de forma violenta. Os que detinham o poder “público”, utilizavam dele para impedir que seus inimigos se elessem. A crise política veio a amenizar somente a partir do segundo reinado, com a instauração da Conciliação de 1853, as disputas entre os grupos se apaziguaram. As instabilidades causadas na primeira metade do século XIX, pelas disputas entre os grupos, deixaram evidente ao poder Central, sobre a importância dessas organizações na política, deste

modo, em 1855 os grupos políticos passam a ser institucionalizados pelo poder Central, como partidos políticos.

Pode-se concluir que os acontecimentos da primeira metade do século XIX, ajudaram a formar uma cultura política e social maranhense. É evidente que as tradições e o conservadorismo herdados da sociedade portuguesa se enraizaram profundamente no território do Maranhão, onde a sociedade europeia tinha vínculos mais fortes. A herança deixada pelo período Colonial dificultou na modernização de um Estado-Nação brasileiro, como também na união e estabilidade de algumas das Capitânicas ao território do mais novo Império – como no caso do Maranhão. O surgimento de partidos políticos foi um processo gradual e conturbado, marcado pela resistência das elites ao compartilhar o poder e pela falta de ideologias políticas claras e coesas. As disputas políticas intensas, resultantes dessa concentração de poder, gradualmente “enfraqueceram” a influência dessas famílias, ao mesmo tempo em que prepararam o terreno para a consolidação de uma cultura política mais “diversificada” e “menos” estamental.

Apesar das resistências iniciais e da persistência de influências clientelistas e estamentais, o período deu início a um caminho no espaço político para uma participação mais ampla e estruturada, fundamental para a evolução do sistema político nacional. O processo de modernização do Estado obrigou aos grupos políticos, que disputavam de forma contundente os cargos públicos, a se organizarem, gerando normas e sentidos/propósitos/ideais únicos como forma de identificação como partido político. O desenvolvimento dos partidos políticos no Maranhão ilustra um movimento gradual de modernização do sistema político brasileiro, caracterizado por uma crescente formalização e institucionalização das práticas políticas.

## REFERÊNCIAS:

- ASSUNÇÃO, Matthias Rhrig. **De caboclos a Bem-te-vis – formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão (1800-1850)**. São Paulo: Annablume, 2015.
- CAIRES, Daniel Rincon. Resenha do livro "As Famílias Principais: redes de poder no Maranhão colonial". **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 6, n. 12, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Editorial da UFRJ/Relume Dumará, 1996.
- CIRINO, Raíssa Gabrielle Vieira. Os conselheiros do Maranhão à serviço do Império (1825-1834). **História, histórias**, v. 9, n. 18, 2021.
- CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. **Pela boa ordem da província e pela glória do império – famílias, estratégias e suas tramas na administração imperial do maranhão (c. 1750-c.1840)**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.
- CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. Práticas de família, estratégias de poder: os belfort e sua atuação política no brasil império (C.1740-1850). **Anais do II Encontro de Pós-Graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos**, ISSN 2525-6742, 2017.
- COSTA, YURI. Escalas de poder: grupos políticos no Maranhão oitocentista e sua relação com a Corte do Império. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 16, n. 27, p. 141-161, 2019.
- CUNHA, Alexandre Mendes. Patronagem, clientelismo e redes clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. **História (São Paulo)**, v. 25, p. 226-247, 2006.
- GRILL, Igor Gastal. As fronteiras móveis da “oligarquia” e a “elite política” maranhense. In: MARENCO, A., org. **Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp. 135-169, 2013.
- LIMA, Edyene Moraes dos Santos. **Honradas famílias: poder e política no Maranhão do Século XIX (1821-1823)**. UFPB, JOÃO PESSOA, 2009.
- LIMA, Ivana Stolze. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. **MANA** 5(2):177-201, 1999.
- MOTA, Antonia da Silva. **A Dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na Capitania do Maranhão**. UFPB, Recife, 2007.
- MOTA, Antonia da Silva. Famílias de elite no maranhão pombalino: tecendo redes de solidariedade e poder. **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, Fortaleza, 2009.
- SANTOS, Edyene Moraes. O lugar do discurso e a guerra de narrativas: a imprensa política no Maranhão Oitocentista. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 18, n. 32, p. 200-219, 2021.

SANTOS, Edyene Moraes. **Partidos políticos no Maranhão oitocentista: origens, influências familiares e composição social (1838-1855)**. UNESP, ASSIS-SP, 2021.

SILVA, Sandro Ribeiro Araújo da. **Disputas Privadas pela Posse da Ordem Pública no Pós-independência: a Guerra dos Três Bês no Maranhão (1824)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2007.

WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens**. São Paulo: Ática, 2011.

WEHLING, Arno. O município no Brasil-Colônia, expressões e limites do poder local. **Revista Interdisciplinar do Direito-Faculdade de Direito de Valença**, v. 16, n. 2, p. 61-73, 2018.